

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.288, DE 2015

(Apensados: PL nº 5.480/2016, PL nº 5.516/2016 e PL nº 5.732/2016)

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências", para instituir a obrigatoriedade de priorização de espaço e de vaga para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

Autor: SENADO FEDERAL - VITAL DO RÊGO

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências", para instituir a obrigatoriedade de priorização de espaço e de vaga para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

Nesse sentido, acrescenta ao referido diploma normativo o art. 13-A, dispondo que

os órgãos públicos civis, as instituições militares e as empresas públicas e privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e de integrantes da equipe de



captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material.

O transporte será gratuito e coordenado pelo Sistema Nacional de Transplantes, por meio da Central Nacional de Transplantes, constituindo justa causa o cancelamento de reserva de espaço e de vaga de passageiro, em virtude de lotação esgotada no veículo, para fins do transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano destinados a transplante e tratamento, o que isenta a empresa de responder por descumprimento de contrato de transporte.

As disposições não se aplicam às instituições militares quando as aeronaves, os veículos e as embarcações estiverem em missão de defesa aeroespacial ou engajados em operações militares. Por fim, a proposição estabelece penalidades em caso de descumprimento de suas disposições.

O autor da matéria no Senado Federal, Senador Vital do Rêgo, argumentou em sua justificação que:

Um dos desafios enfrentados pelo Sistema Nacional de Transplantes é o transporte de órgãos, tecidos ou partes do corpo captados em cidade diferente daquela onde será realizado o implante. (...)

O *Jornal do Commercio*, do Recife (PE), e outros órgãos da imprensa noticiaram, recentemente, um acordo firmado entre o Governo Federal e as principais empresas de transporte aéreo doméstico, com a finalidade de priorizar o transporte de material para transplante. Entretanto, o acordo não estabelece obrigações e a utilização de vaga em voo lotado depende da concordância de algum passageiro em ceder o seu lugar.

(...)

No âmbito infralegal, o transporte de material para transplante é regulamentado pela Resolução RDC nº 66, de 21 de dezembro de 2009, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Entretanto, esse ato não contém dispositivos que tratem dos aspectos relacionados com a prioridade que deveria ser dada a esse transporte. O que se pode constatar é que o Sistema Nacional de Transplante carece de sustentáculo legal que torne obrigatória a reserva de vaga de passageiro e de espaço para acomodação do material nos diferentes meios de transporte: terrestre, aéreo e aquaviário.** Em consequência, o transporte de material tão valioso fica na dependência de acordos informais e da boa vontade de passageiros em ceder a



sua vaga para um integrante da equipe de captação e distribuição de órgãos.

O projeto que submeto à apreciação de ambas as Casas Legislativas tem a finalidade de suprir a mencionada carência. Considero que a medida proposta contribuirá para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Transplantes, aperfeiçoamento esse que beneficiará os milhares de cidadãos e cidadãos brasileiros que aguardam um transplante de órgão, muitas vezes frustrado por dificuldades relacionadas com o transporte do material doado.

À proposição principal encontram-se apenas três outros projetos, a saber:

- **PL nº 5.480/2016**, de autoria do Deputado Ezequiel Teixeira, que “[d]ispõe sobre a obrigatoriedade das companhias aéreas brasileiras realizarem o transporte de órgãos”;
- **PL nº 5.516/ 2016**, de autoria do Deputado Pedro Paulo, que “[a]crescenta artigo na Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, tornando obrigatória a disponibilidade de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para o transporte dos órgãos a serem transplantados ou os pacientes atendidos no transplante, dando prioridade inclusive para os casos em que só estiverem disponíveis, aeronaves para o transporte de autoridades de todas as esferas da União e dá outras providências”; e
- **PL nº 5.732/2016**, de autoria do Deputado Marcus Pestana, que “[d]ispõe sobre a requisição de apoio da Força Aérea Brasileira para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano”.

As proposições tramitam em regime de prioridade e estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas comissões (arts. 24, II, e 151, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD), tendo sido



despachadas à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Viação e Transportes, para análise do mérito, bem como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A **Comissão de Seguridade Social e Família** destacou em seu parecer que os Projetos de Lei ora em análise possuem um nobre objetivo em comum e que merece ser destacado, qual seja o de dar maior celeridade ao transporte de órgãos, tecidos e equipes médicas para transplantes. Para atingir tal objetivo, a sugestão é que os entes estatais, as instituições militares e as empresas privadas que operem veículos de transporte de pessoas e de cargas, sejam obrigados, por lei, a dar prioridade a esse tipo de transporte. Nesse sentido, registrou que as iniciativas são meritórias para o direito à saúde e para o sistema público de saúde, pois um dos principais problemas enfrentados pelo Sistema Nacional de Transplante é exatamente a logística relacionada com o transporte de órgãos, tecidos e da equipe responsável pelos procedimentos de doação e recepção.

Observou, todavia, que por questões regimentais e tendo em vista a economia processual, não seria adequada a aprovação de todos os projetos conjuntamente na forma de substitutivo, pois essa medida exigiria o retorno da matéria à casa iniciadora, o que aumentaria, injustificadamente, o tempo de tramitação. Tendo em vista que o Projeto de Lei nº 2.288, de 2015, que já foi devidamente discutido e aprovado no Senado, atende bem as finalidades almejadas e engloba as sugestões dos demais apensos, entendeu que o melhor encaminhamento por aquela Comissão seria a aprovação do projeto principal e, conseqüentemente, a rejeição dos projetos apensados, ainda que estes tenham seu mérito devidamente reconhecido.

Isto posto, votou pela **aprovação do Projeto de Lei nº 2.288, de 2015, e pela rejeição dos Projetos de Lei nº 5.840, de 2016, nº 5.516, de 2016, e nº 5.732, de 2016.**

No mesmo sentido, a **Comissão de Viação e Transportes** observou que o PL nº 2.288, de 2015, principal, determina a priorização, por órgãos públicos civis ou militares e por empresas públicas ou privadas, do



transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, bem como das equipes de captação e distribuição desses órgãos. A obrigação atinge todas as entidades que atuem com veículos terrestres, aéreos e aquáticos. E registrou:

Em relação aos projetos apensados, o texto da proposição principal é mais amplo, genérico e estabelece as devidas punições, como convém ao texto de lei. Consideramos também acertado remeter a coordenação do transporte ao Sistema Nacional de Transplantes (SNT), por meio da Central Nacional de Transplantes (CNT).

O PL nº 5.480, de 2016, é vago ao obrigar “o sistema rodoviário brasileiro” a realizar o transporte dos órgãos. O PL nº 5.516, de 2016, e o PL nº 5.732, de 2016, possuem escopo mais limitado, por se restringirem à disponibilização de aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), quando requisitada pelo Ministério da Saúde.

Diante do exposto, em face das questões regimentais destacadas pela Comissão de Seguridade Social e Família, e por considerar que o projeto principal é o mais adequado, além de englobar as ideias dos apensados, votou pela **aprovação do Projeto de Lei nº 2.288, de 2015, e pela rejeição dos Projetos de Lei nº 5.480, de 2016, nº 5.516, de 2016, e nº 5.732, de 2016.**

Os projetos seguiram para esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O **Projeto de Lei nº 2.288/2015, principal, e os Projetos de Lei nºs 5.480/2016, 5.516/2016, e 5.732/2016, apensados**, vêm ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise exclusivamente da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (arts. 54, I, e 139, II, “c”, do RICD).



Quanto à **constitucionalidade formal**, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Conforme dispõe o art. 22, XI, da Constituição da República, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte e, consoante o art. 24, XII, da Lei Maior, a União detém competência legislativa concorrente para legislar sobre proteção e defesa da saúde. É legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), uma vez que não incide, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de projeto de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Em relação ao exame da **constitucionalidade material**, não vislumbramos qualquer óbice à tramitação das matérias, que não conflitam com princípios ou preceitos constitucionais. As proposições vão ao encontro de dispositivos constitucionais que garantem o direito à saúde, como o art. 6º, *caput*, o art. 23, II, o art. 24, XII, o art. 196 e seguintes e, em especial, o art. 199, § 4º, do texto constitucional, o qual determina que

a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Verifica-se, ademais, o atendimento do requisito da **juridicidade**, uma vez que as proposições examinadas inovam no ordenamento jurídico, observam o princípio da generalidade normativa e respeitam os princípios gerais do direito.

No que tange à técnica legislativa, os projetos encontram-se em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre as normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis, com exceção do PL nº 5.516/2016, que propõe acrescentar à Lei nº 9.434/97 o art. 24, o qual já existe no referido diploma normativo e teve seu texto vetado, sendo vedado o aproveitamento de número de dispositivo vetado para



posteriores alterações legislativas, conforme dispõe o art. 12, III, “c”, da LC nº 95/98. Nesse caso, o dispositivo que o projeto pretende acrescentar deverá ser numerado como 24-A, conforme emenda de técnica legislativa em anexo.

Em face do exposto, nosso voto é pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, do Projeto de Lei nº 2.288/2015, principal, e dos Projetos de Lei nºs 5.480/2016, 5.516/2016 e 5.732/2016, apensados, com a emenda de técnica em anexo.**

Sala da Comissão, em 19 de outubro de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-17868



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 5.516, DE 2016**

Acrescenta artigo na Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, tornando obrigatória a disponibilidade de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para o transporte dos órgãos a serem transplantados ou os pacientes atendidos no transplante, dando prioridade inclusive para os casos em que só estiverem disponíveis, aeronaves para o transporte de autoridades de todas as esferas da União e dá outras providências.

EMENDA DE TÉCNICA LEGISLATIVA Nº 1

No art. 2º do projeto, onde se lê “artigo 24” ou “art. 24”, leia-se “art. 24-A”.

Sala da Comissão, em 19 de outubro de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-17868

